

JOSE ARISTODEMO PINOTTI

Marcha à ré



**Retroagimos
quatro anos
por falta de
competência
e interesses
espúrios**

Uma das formas mais abjetas de desonestidade é tentar culpar os outros por atos da própria responsabilidade. Isso vem ocorrendo com o Ministério da Saúde, por meio de denúncias, publicadas recentemente nos jornais, sobre a existência de enormes fraudes e irregularidades nos hospitais conveniados em todo o País, que, segundo o próprio ministério, consomem mais de 30% dos recursos federais da área.

Em 1º de maio de 1991, publiquei nesta página artigo cujo título falava por si só, *Um convite à fraude*, alertando para o fato de que tudo isso viria a ocorrer em decorrência da recentralização do sistema determinada pelo Ministério da Saúde, tornando inviável a fiscalização descentralizada dos hospitais conveniados, que era feita, em São Paulo, pelos Escritórios Regio-

nais de Saúde. Estes faziam a supervisão e o controle dos hospitais de sua região (quase nunca em número superior a dez), de forma correta e individualizada. Em vez disso, o Ministério da Saúde, em nome da "modernidade" (ou da malandragem informatizada), passou essa tarefa para um computador em Brasília, que fiscaliza os 800 hospitais do nosso Estado, além de todos os demais do País. Deu no que deu. Hoje, o ministério veste a toga e "descobre" essa enorme caixa-preta de corrupção, desumanidade, mau uso do dinheiro público e incompetência, como se estivesse descobrindo uma falta na casa dos outros.

O erro é no próprio Ministério da Saúde. Tem origem na Lei 8.142, de dezembro de 1990, que modificou inconstitucionalmente a Lei Ordinária da Saúde e fundamentou a Instrução Normativa

01/91 do Inamps, ressuscitando-o com todas as suas distorções e determinando o fim da municipalização, onde ela estava organizada (como em São Paulo) e dando excelentes resultados.

Logo após a publicação daquele artigo, fui veementemente contestado (em 24/5/91) por dois articulistas inusuais neste jornal. Um, o sr. Chafic Farhat, que defende os interesses dos hospitais privados lucrativos — esses em que a auditoria do Inamps "descobre" hoje as fraudes —, e outro, no mesmo dia, do sr. Augusto Viveiros, amigo de PC Farias, responsável pela área econômica do ministério, defendendo a modernidade dos computadores centralizados para "fiscalizar" os hospitais.

Sei que não adianta chorar sobre o leite derramado, mas país que perde a memória tende a cometer sempre os mesmos erros. E mais: se não soubermos exatamente onde está o erro a ser corrigido, novamente se vão mudar as aparências para que a essência não mude.

A solução está na extinção do Inamps, na descentralização do

gerenciamento do Sistema de Saúde Unificado para os municípios, médios e pequenos, e para os bairros dos grandes municípios. Só assim será restabelecido o controle social, e cada hospital ou centro de saúde será fiscalizado, avaliado e controlado pela própria comunidade, dentro da sua tessitura social. A descentralização, entretanto, que em São Paulo ganhou o nome de municipalização, não pode ser feita como transferência pura e simples de problemas sem compromissos com as soluções. Para que isso não aconteça, as normatizações técnicas, a avaliação e o controle do uso das verbas e resultados em saúde deverão ser feitos sempre pelos diferentes níveis dos poderes centrais, de acordo com sua competência técnica e, principalmente, pelos Escritórios Regionais de Saúde.

Retroagimos quatro anos na saúde por incompetência e para preservar interesses espúrios. Estamos na aurora de novos governos e à procura do tempo perdido.

■ José Aristodemo Pinotti, médico, foi secretário de Saúde do Estado de São Paulo.